



Letramento Cultural em Comunidades Indígenas: Uma Perspectiva Transformadora

GT 4: Educação e Povos Indígenas
Autor(a): Ana Maria de Farias Soares

(BOLSISTA CAPES)

Coautores(as): Alceu Zoia, Fábio Henrique de Souza Lacerda, José do Carmo da Silva, Maria Catarina Cebalho. Wamem Kalapalo Negarotê

Pôster

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar os horizontes educacionais dos povos originários, pautando-se na singularidade de cada povo indígena. Busca-se construir uma educação que respeite a diversidade de saberes ancestrais e explorar a relação entre alfabetização e letramento no contexto sociocultural. Através de uma pesquisa de abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, análises de documentos e leis. O estudo problematiza práticas desumanizadoras usadas pelos colonizadores europeus de forma impositiva para homogeneização de sua cultura. Este estudo visa valorizar as subjetividades da cultura dos povos originários, destacando a importância do reconhecimento e preservação da identidade, em face das políticas públicas hegemônicas. Além disso, pretendeu-se contribuir para a compreensão das relações entre alfabetização e letramento cultural, buscando uma análise mais profunda das práticas pedagógicas nesse processo. A finalidade é desafiar as estruturas hegemônicas de poder estabelecidas e valorizar os saberes ancestrais.

Os povos originários sempre tiveram suas formas de organização social e cultural, com sistemas próprios de educação, essa educação acontecia em todos os espaços da aldeia, incluindo nas cerimônias, festas, danças, ensinamentos ancestrais, a caça, a pesca, a construções de suas casas, a produção de artesanatos e adornos. O letramento indígena se dá na vivência e experiências cotidianas da aldeia, esses saberes associam a símbolos e significados essenciais para a preservação da identidade e seu reconhecimento cultural, e tem o potencial de criar bases sólidas para o processo de alfabetização e letramento.



Desenvolvimento

O contexto histórico revela que viviam vários povos indígenas no Brasil, é possível constatar existiam uma pluralidade de culturas, etnias e línguas, e saberes ancestrais. Com a chegada dos colonizadores a cultura europeia foi imposta de forma dominante, acompanhada de violenta tomada de terras.

Para Baniwa, 2006, p.146, reafirma “Desde a época da colonização, a leitura que se tinha e que foi estabelecida sobre a educação para os povos indígenas pautou-se nos parâmetros educacionais europeus o que promoveu a implantação de projetos para os povos indígenas como forma de cultura e civilização”.

A influência da educação jesuítica deu início ao processo educacional no Brasil, caracterizada de formas excludentes: os homens eram educados na escola, as mulheres na igreja e os indígenas nas aldeias. O aldeamento consistia no processo de aculturação, onde os indígenas eram catequizados e domesticados. Nesse contexto, havia a imposição da cultura e língua europeia, com a tentativa de desconstruir os conhecimentos ancestrais.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 que reconhece os direitos territoriais dos povos indígenas estabelecendo, em seu artigo 231, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

A lei menciona o reconhecimento dos povos originários, reforçando seu direito sobre às suas terras tradicionalmente ocupadas, reconhecimento de sua cultura, tradições, língua e crenças, resultando em mudanças significativas em todo o âmbito educacional.

Diante o exposto, o Brasil ao longo de sua história, naturalizou a desigualdades educacionais, com práxis pedagógicas que excluía e discriminavam os saberes ancestrais. Dessa forma predominavam o ensino da cultura europeia, tornando um ambiente com práticas homogeneizadoras, promovendo a desigualdade e silenciando os diferentes saberes e a língua materna de diversas etnias.

Luria (2014, p. 143) afirma que “a história da escrita na criança começa muito antes da primeira vez em que o professor coloca um lápis em sua mão e lhe mostra como formas letras”,

Assim compreende-se que a aprendizagem da língua escrita, ocorrem desde o nascimento em que a criança tem contato com os sons da linguagem.



Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (Soares,2003, p.40)

Em se tratando de alfabetização que significa codificar e decodificar a língua escrita, o letramento é a consolidação entre codificar e decodificar e de forma autônoma possa relacionar a diferentes contextos, promovendo a participação crítica nas diversas práticas sociais constituídas pela oralidade e a escrita.

Uma escola que comporta o letramento cultural e intercultural não é só a de leitura da palavra escrita, mas de mundo também, onde se produz arte, cultura, ou seja, conhecimento; onde se aprende com a natureza, pois está não é algo a parte, distante do ser humano; onde se percebem o tecimento dessas redes, as transformações, os sistemas que se aninham dentro de outros sistemas. (Pimentel da Silva, 2012, p.34)

As práticas voltadas para o letramento cultural devem apresentar a criança indígena o mundo, por meio da reafirmação de sua identidade e do reconhecimento de seus saberes ancestrais que são passadas de geração em geração, onde a criança indígena aprende sobre sua cultura e singularidade de seu povo.

Nessa perspectiva a criança letrada tem acesso ao mundo da escrita, a uma diversidade de símbolos e significados que a cercam. A criança indígena vivencia o letramento por meio da cultura, das narrativas míticas, dos significados das pinturas, dos rituais, das crenças, além da dança e do canto, reconhecendo os valores sonoros de sua linguagem.

Precisaríamos de um verbo "letrar" para nomear a ação de levar os indivíduos ao letramento ... Assim, teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (Soares, 2009, p.47)

Nas comunidades indígenas, as aprendizagens são desenvolvidas em diversos contextos. Essa interação com o meio ambiente proporciona uma aprendizagem significativa, aprimorando o conhecimento empírico em relação ao seu entorno. Assim, o letramento, em uma perspectiva intercultural, considera as relações culturais, cosmológicas e ancestrais, além dos princípios pedagógicos próprios de ensino e aprendizagem.

A escola enquanto instituição, que durante muitos anos foi um lugar que promoveu a exclusão e a negação da identidade, com práxis pedagógicas desumanizadoras, com emprego de diversas formas de violência. Na atualidade é necessária e tem um papel importante para a



reafirmação da identidade, revitalização e fortalecimento da língua materna. Além de promover a valorização do letramento sociocultural, que está diretamente relacionado ao ler, escrever e interpretar de forma crítica, diferentes gêneros textuais, e a capacidade de relacionar em diferentes contextos sejam sociais e culturais.

O projeto Saberes Indígenas na Escola, com a participação das Universidades do Estado de Mato Grosso com parcerias firmadas com professores, pesquisadores, e professores indígenas, desenvolvem um diálogo intercultural, promovendo, formações para professores indígenas, e juntos elaborando material didático, específico e diferenciando, visando a retomada a revitalização e o fortalecimento da língua materna, além de trabalhar a alfabetização e letramento nas distintas áreas do conhecimento.

Esse projeto reafirma o direito da igualdade educacional, que deve atender a singularidade de cada comunidade indígena, colabora com a valorização e revitalização de saberes ancestrais, oportunizando a participação ativa na construção dos saberes pautados na singularidade de cada comunidade indígena. Reforçando o compromisso de todos com a redução das desigualdades, e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes indígenas. Assim essas comunidades assumem, cada vez mais, os espaços de decisão sobre as políticas educacionais.

O estudo, foi desenvolvido sob a perspectiva de uma abordagem qualitativa, revisão bibliográfica, e exames de documentos legislativos, e fontes acadêmicas sobre educação indígena e educação escolar indígena. A discussão também integrou aspectos culturais, econômicos e políticos envolvidos no processo de alfabetização e letramento dos povos indígenas e a importância do diálogo intercultural entre professores, pesquisadores e professores indígenas visando obter êxito no processo ensino aprendizagem.

Considerações finais

A educação jesuítica desenvolveu um modelo curricular homogêneo, reproduzindo injustiça e exclusão ao impor regras, valores, crenças e religião, desconsiderando as diversidades étnicas e culturais. Tudo isso visava à conservação de um projeto de poder de dominação territorial, etnocídio, resultando no silenciamento da língua materna. Com sistemas próprios de educação, o letramento ocorria em todos os espaços da aldeia, desde cerimônias, festas e danças até ensinamentos ancestrais, caça, pesca, construção de casas e produção de artesanato e adornos. Esses ensinamentos são importantes para o desenvolvimento da escrita, pois geralmente são passados de geração em geração por meio da oralidade, tornando a



aprendizagem significativa. Assim, a criança indígena desenvolve diversas habilidades e competências que são essenciais para o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

BANIWA, Gerson dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação/Secad; Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BHOLA, H. S. Evaluating Functional Literacy. Amershan: Hulton Educational Publications; Tehran: International Institute for Adult Literacy Methods, 1979.

FERREIRA, Waldineia Antunes de Alcântara. ZOIA, Alceu. ALMEIDA, Elizabeth Rezende. Produção de materiais pedagógicos (didáticos) em escolas indígenas: uma parceria entre universidades e aldeias. Revista da Faculdade de Educação, [S. l.], v. 40, p. e402404, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/12577>. Acesso em: 10 Out. 2024.

LURIA, A. R. (2014). O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEOTIEV, A. N. (2014). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone.

PIMENTEL da Silva, Maria do Socorro. Letramento Bilíngue em Contextos de Tradição Oral. Goiânia: Prolind; Funape, 2012.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ZOIA, Alceu; NASCIMENTOS, Ronélia do; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Saberes Indígenas na Escola: Frutas Silvestres. 1ed. Sinop: Gráfica Dados, 2018.